



Revista História : Debates e Tendências (Online)

ISSN: 1517-2856

ISSN: 2238-8885

Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em  
História

Lima, Neilaine Ramos Rocha de

Conceitos, intelectuais e ideias: o entrelaçamento de diferentes dimensões do campo  
da história, no caso do debate entre Eugênio Gudin e Celso Furtado (1950-1964)

Revista História : Debates e Tendências (Online), vol. 20, núm. 1, 2020, Janeiro-Abril, pp. 70-87

Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História

DOI: <https://doi.org/10.5335/hdtv.1n.20.10412>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552464578006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

**Conceitos, intelectuais e ideias: o entrelaçamento de diferentes dimensões do campo da história, no caso do debate entre Eugênio Gudin e Celso Furtado (1950-1964)**

**Concepts, intellectuals and ideas: the intertwining of different dimensions of the field of history, in the case of the debate between Eugênio Gudin and Celso Furtado (1950-1964)**

**Conceptos, intelectuales e ideas: el entrelazamiento de diferentes dimensiones del campo de la historia, en el caso del debate entre Eugênio Gudin y Celso Furtado (1950-1964)**

Neilaine Ramos Rocha de Lima<sup>1</sup>

**Resumo:** Por mais importante que o referencial teórico possa ser, dentro da pesquisa histórica, a análise do objeto precisa ser tratada como foco principal do ofício do historiador. O objeto nos direciona aos referenciais teóricos. Tendo como premissa isso, ao analisar um debate entre dois grandes intelectuais brasileiros, Celso Furtado e Eugênio Gudin, nas décadas de 1950 e 1960, fica clara a necessidade de recorrermos a diferentes dimensões do campo da história, principalmente quando se observam a construção de distintas concepções da dinâmica da história, encontradas em ambos ideários, o desenvolvimentismo de Furtado e o liberalismo de Gudin. Sendo assim, não há como entender esse debate sem recorrermos aos princípios da história dos conceitos, as ferramentas da história dos intelectuais, para assim compreendermos a dinâmica da história dessas ideias na vida política e na história intelectual do Brasil.

**Palavras-chave:** Conceitos. Ideias. Intelectuais.

**Abstract:** As important as the theoretical framework may be, within historical research, the object analysis must be treated as the main focus of the historian's office. The object directs us to the theoretical frameworks. Having this as a premise, when analyzing a debate between two great Brazilian intellectuals, Celso Furtado and Eugênio Gudin, in the 1950s and 1960s, it is clear the need to resort to different dimensions of the history's field, especially when observing the construction of different conceptions of the dynamics of history, found in both ideas, Furtado's developmentalism and Gudin's liberalism. Thus, there is no way to understand this debate without, first, resorting to the principles of the history's concepts, the tools of the history of intellectuals, in order to understand the dynamics of the history of these ideas in political life, and in the intellectual history of Brazil.

**Keywords:** Concepts. Ideas. Intellectuals.

**Resumen:** Tan importante como puede ser el marco teórico, dentro de la investigación histórica, el análisis de objetos debe ser tratado como el foco principal de la oficina del historiador. El objeto nos dirige a los marcos teóricos. Teniendo esta premisa, al analizar un debate entre dos grandes intelectuales brasileños, Celso Furtado y Eugênio Gudin, en las décadas de 1950 y 1960, es evidente la necesidad de recurrir a diferentes dimensiones del campo de la historia, especialmente al observar la construcción de diferentes concepciones de la dinámica de la historia, encontradas en ambas ideas, el desarrollismo de Furtado y el liberalismo de Gudin. Por lo tanto, no hay forma de entender este debate sin recurrir primero a los principios de la historia de los conceptos, las herramientas de la historia de los intelectuales, para comprender la dinámica de la historia de estas ideas en la vida política y en la historia intelectual de Brasil.

**Palabras clave:** Conceptos. Ideas. Intelectuales.

Uma das questões que norteiam uma pesquisa histórica na atualidade é o enquadramento dessa pesquisa em uma grande área do conhecimento histórico, como a história dos conceitos, a história dos intelectuais ou a história intelectual. O que buscamos neste artigo é refletir acerca da possibilidade de, ao longo de uma pesquisa, observarmos a necessidade do entrelaçamento de aspectos dessas grandes dimensões da história e verificar que o estudo histórico não precisa se limitar por um espaço de possibilidades, que uma dimensão propõe. Sendo assim, a partir do caso do debate entre os intelectuais Eugênio Gudin e Celso Furtado, podemos concluir que ambos tinham diferentes conceitos de um movimento da história, que fundamentaram suas visões acerca do desenvolvimento ou subdesenvolvimento do Brasil, e que esses conceitos se consolidaram em suas posições ideológicas, com o liberalismo e o desenvolvimentismo, ideias antagônicas que possibilitaram um debate intelectual cujo auge foi entre os anos de 1950 e 1964. Para entender esse debate, é necessário pensar os conceitos de desenvolvimento e história, analisar o espaço de sociabilidade em que se consolidou a posição desses intelectuais para, enfim, compreendermos a formatação dessas ideias que sugeriram diferentes visões políticas sobre o caminho que o Brasil deveria tomar às vésperas de 1964.

Primeiramente torna-se importante salientar a posição do debate entre Gudin e Furtado no contexto de um grande debate entre o desenvolvimentismo e o liberalismo, que se cristalizou a partir da década de 1940 e que teve seu auge nos anos de 1950 a 1964, principalmente com a elaboração das teorias desenvolvimentistas por meio dos estudos da Comissão Econômica para América Latina (Cepal), da qual Furtado foi representante.

Tal debate cristalizou-se na produção intelectual de dois grandes nomes da história do pensamento econômico brasileiro: Celso Furtado e Eugênio Gudin. A análise implica salientar as diferentes concepções de história contidas nas teorias desenvolvimentista e

liberal, concepções intimamente ligadas aos projetos e soluções propostos por esses intelectuais para o problema da falta de desenvolvimento econômico que o país vivia no contexto em questão. O debate entre as ideias pode ser visualizado em grande parte da produção intelectual dos autores, como livros, artigos, entrevistas e estudos encomendados pelo próprio Estado. Essas fontes fornecem os elementos fundamentais das divergências entre essas ideias, sinalizando duas distintas teorias que imbricam economia, Estado, sociedade, indivíduo, riqueza, progresso e política.

É nossa intenção, portanto, demonstrar que o debate teórico acerca do desenvolvimento econômico, observado nas décadas de 1950 e 1960, é fonte histórica para compreendermos que diferentes concepções sobre a história fundamentaram projetos políticos distintos, por meio dos quais se buscavam soluções concretas para a superação da atonia econômica e política que o Brasil vivenciava.

## O debate no tempo

O conceito de desenvolvimentismo está inserido em um contexto em que o Brasil começava a empreender avanços econômicos, porém a existência de muita pobreza ainda era uma realidade. Sendo um país agroexportador, estava alheio às crises internacionais, por ser uma nação dependente do mercado externo. A concepção que se criara no momento seria a de que somente com a industrialização o Brasil venceria o atraso. Assim, o desenvolvimentismo nada mais foi do que um projeto de industrialização formatado pelo Estado. O projeto desenvolvimentista, ao ser apresentado e defendido, gerava uma mobilização, principalmente entre os que não acreditavam que a ação pensada do Estado na economia pudesse ser benéfica. Teoricamente, os liberais foram os mais atingidos com o surgimento do desenvolvimentismo.

Assim, surgiu uma era de debates acerca dos rumos da economia brasileira. Como a industrialização deveria acontecer, de um lado, estavam os defensores do intervencionismo estatal e, de outro, os convictos da potencialidade da ação da iniciativa privada.

Nesse momento, era necessária a compreensão das causas dessa insuficiência econômica; era preciso formular teorias, esquemas ou equações que explicassem essa realidade, pois o entendimento daria vazão à busca de soluções. Cristalizavam-se ideias, teorias eram defendidas por grupos de intelectuais que usavam de diferentes canais para

expor seus pensamentos. Duas das ideias que dominaram o palco de discussões acerca do subdesenvolvimento brasileiro foram o desenvolvimentismo e o liberalismo.

O nacional-desenvolvimentismo teve em Celso Furtado um de seus grandes representantes no Brasil. O economista foi um dos ministros do governo de Juscelino Kubitschek, participando ativamente na elaboração de projetos para os fins da modernização. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) teve destacada atuação ao longo do governo JK como centro elaborado da ideologia do desenvolvimento, promovendo cursos, conferências, seminários e pesquisas.

Por sua vez, Eugênio Gudin, engenheiro, empresário, professor, jornalista e economista, foi sempre um defensor da economia política clássica; sua trajetória foi em defesa da liberdade econômica em todos os cenários em que viveu.

Considerado por grande parte da historiografia como um dos líderes intelectuais do liberalismo no Brasil no século XX, como jornalista foi grande crítico do intervencionismo dos governos de Juscelino Kubitschek, de Jânio Quadros e de João Goulart, não deixando de expor sua insatisfação com o intervencionismo nos governos militares. Os artigos jornalísticos foram o canal para sua luta, especialmente para sua insistência em afirmar que a valorização da educação era uma das prioridades para se alcançar o desenvolvimento.

O debate entre os projetos políticos liberais e desenvolvimentistas surgiu em um momento marcante para a história das ideias no Brasil, ou seja, entre as décadas de 1930 e 1960. Dele fizeram parte debates pontuais entre determinados intelectuais, muitas vezes citados pela historiografia.

O que estava em debate era estruturalmente a dinâmica da história. Os olhos no passado procuravam respostas para a compreensão do presente e para, sobretudo, encontrar subsídios para a elaboração de prognósticos, que elaboraria o tão esperado futuro ou desenvolvimento.

## **Subdesenvolvimento e o conceito de atraso**

Com base nos princípios da história conceitual de Koselleck (2006), podemos observar a evolução semântica dos conceitos. O conceito de subdesenvolvimento formou-se no contexto dos debates em questão, mas existiam outras palavras que designavam o problema abordado.

O termo *backwards countries*, usado até o fim da Segunda Guerra, era mais fatalista, sugeria uma ideia de países atrasados, de forma definitiva. No pós-guerra, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e de seus órgãos de cooperação internacional, a visão acerca desses países se alterou, surgindo um maior otimismo quanto ao futuro desses países. Assim, a expressão *underdeveloped countries* expressa um conceito mais ligado à perspectiva de desenvolvimento, “subdesenvolvimento”, como uma fase pré-desenvolvimento. Com o tempo, o conceito passou a ser revestido de mais otimismo e, no momento em que o nível de industrialização se tornou sinalizador de desenvolvimento, os termos *less developed countries* e *newly industrialized countries* veiculavam a ideia de países menos desenvolvidos e recém-industrializados. Na obra *Conversas com economistas brasileiros*, organizada por Ciro Biderman, Luís F. Cozac e José M. Rego (1996), o economista Roberto Campos, em entrevista relatou a evolução do termo desenvolvimento, e justificou essas mudanças ressaltando dois motivos: o pós-guerra e as ideias de Keynes. Ou seja, o contexto alterou o conceito.

Uma mostra desse uso, podemos ver em Michael Todaro, (1969) um economista americano, dedicado ao estudo da economia do desenvolvimento, que publicou um artigo em 1969, utilizando o termo *less developed countries*, no qual podemos observar no próprio título do artigo *A model of labor migration and urban unemployment in less developed countries*, esse termo também é visto ao longo desse texto e outros da época.

Segundo Love (1998), o termo terceiro mundo, também ligado à ideia de atraso e subdesenvolvimento, origina-se no contexto dos países recém-criados ou redefinidos. Após a Primeira Guerra Mundial, a Europa centro-oriental vivenciou a necessidade de reconstrução, de busca por desenvolvimento econômico. Desse contexto adveio o termo. Na década de 1940, teóricos pensaram o desenvolvimento como uma subdisciplina. A maioria dos teóricos do desenvolvimento nasceu na Europa central ou centro-oriental: Paul Rosenstein-Rodan, Ragnar Nurkse, Nicholas Kaldor, Thomas Balogh, Hans Singer, Gottfried Haberler, Paul Baran, e outros.

Os primeiros pressupostos teóricos sobre o desenvolvimento nasceram no contexto da Europa central ou centro-oriental, contudo foram elaborados para ser universais. A primeira escola autóctone de teoria do desenvolvimento surgiu na América Latina; essa escola foi associada à Cepal, comissão criada pela ONU.

Na tese cepalina de Raúl Prebisch, existia uma relação entre centro e periferia, mas uma relação de troca desigual, determinada sempre por relações políticas e não meramente

de livre mercado. Por isso, ele não concordava com a teoria clássica de troca, de vantagens comparativas.

Falar de países subdesenvolvidos era pensar as relações de trocas, a fragilidade econômica de países que sofriam ciclos de altas e baixas dos preços das commodities. Esse tema não era analisado apenas por teóricos da Cepal. Gudin e Bulhões, na reunião de Bretton Woods, indagaram a falta de instituições que trabalhassem na busca da estabilização do preço das matérias-primas e produtos primários. A queixa de Gudin não foi ouvida e o problema permaneceu.

Para Prebisch e para a Cepal, a solução estaria na industrialização, que daria independência às nações subdesenvolvidas, gerando o desenvolvimento. Um elemento econômico estaria no centro da dinâmica da evolução, porém os fatores que movimentariam essa engrenagem seriam políticos, a ação do Estado como protagonista do desenvolvimento.

Em suma, todas as teorias do desenvolvimento buscavam uma fórmula para que houvesse o aumento da produtividade, o aumento de capital, a transformação desse capital em renda e a distribuição dessa renda. Esse processo geraria um contexto de modernidade, de avanço temporal em relação a outras nações que já viviam esse contexto. O desenvolvimento seria a constatação de que o Brasil não estaria parado no tempo.

## As ferramentas da história intelectual

Nosso objeto se constitui de ideias, mas portadas por homens, intelectuais; não concebemos as ideias fora de um lugar contextual e de uma construção individual. Gudin tem uma interpretação única do liberalismo no Brasil: apesar de ser um expoente da corrente em questão, possui uma visão individual. Furtado, por sua vez, foi conhecido por trazer novos elementos à interpretação cepalina e, embora optava por uma linha de explicação partilhada por outros, deixou sua contribuição original para esse ideário. Assim, ideias e indivíduo não se podem dividir, pois o conceito de motor da história, tanto em Gudin quanto em Furtado, não é simplesmente uma concepção pronta da teoria que ambos acreditam. É também um conceito formatado em um tempo e lugar, em que a trajetória pessoal de ambos é de suma importância para a elaboração desse conceito.

Para pensar o debate, é indispensável entendê-lo como algo construído por pensadores que existem, por homens que se destacam na sociedade, que buscam respostas para os problemas sociais que visualizam. Assim, um conceito fundamental do trabalho é o

de intelectual. Gudin e Furtado configuram-se também como parte desse objeto, não só suas ideias, mas também suas figuras e representações no cenário político no contexto em questão. Dessa forma, recorrer à noção de intelectual e aos estudos da história dos intelectuais torna-se relevante e necessário.

Segundo Sirinelli (2003), a chamada história dos intelectuais trilhou uma trajetória longa até se legitimar. Antes da década de 1970, concebia-se a história dos intelectuais com base em uma série de preconceitos e elementos que desqualificavam o seu objeto; ela era vista como história dos engajamentos individuais; também poderia ser tratada como biografia; se considerada no âmbito coletivo, atrelava-se à história social. Portanto, era multifacetada e, por isso, foi necessário um longo trajeto para ser compreendida e se esquivar de preconceitos correntes.

Um aspecto crucial para este trabalho relaciona-se com o fato de o campo intelectual ser um cenário de conflitos de ideias, debates, outra zona do político: “Este meio é, em essência, o domínio do metapolítico (os confrontos ideológicos) mais que do político (as disputas eleitorais, sobretudo)” (SIRINELLI, 2003, p. 261). Tal afirmação nos leva a refletir sobre até que ponto as ideias se transformam em práticas, já que o debate Gudin *versus* Furtado não se concretiza no poder, mas nas ideias, sendo, portanto, inserido na história política, que se constrói com um novo pensar da própria política.

Segundo Miceli (2001), no Brasil desde a década de 1920 os intelectuais se coadunam com a classe dirigente, muitas vezes ocupando posições importantes nos setores público e privado. Esses intelectuais, entretanto, não deixam de ter idiossincrasias. Analisar essas singularidades no grande contexto em que cada intelectual se coloca é uma tarefa árdua, embora importante para entendermos até que ponto essas individualidades se formatam como força política.

A força intelectual, seja a de Gudin, seja a de Furtado, criou gerações de seguidores, que fizeram ressoar seus postulados na academia, nos centros de pesquisa e mesmo no governo. Assim, muitos ministros ao longo do século XX e na atualidade ainda defendiam o liberalismo econômico de Gudin ou o desenvolvimentismo de Furtado.

As ideias desses homens moldaram parte da história política e econômica brasileira. Eles não eram meros portadores de opiniões, mas apresentavam soluções fundamentadas por suas pesquisas e estudos teóricos, com o objetivo de nortear o Brasil na luta contra o subdesenvolvimento. Em suma, o debate se configurou entre intelectuais, homens portadores de uma convicção teórica capaz de mudar a história. No entanto, no

enfrentamento, tais intelectuais construíram cenários diversos, que podemos denominar de espaços de sociabilidade.

A noção de sociabilidade vem sendo observada por diferentes áreas, como a antropologia, a sociologia e a história. Max Weber (1967) visualizou as estruturas de poder encontradas na sociedade e deu importância ao Estado, à Igreja, à comuna, à família, caracterizando-as como sociologias das associações. Vários trabalhos se desenvolveram nessa perspectiva que considera a sociabilidade como forma autônoma de associação. Sendo assim, o debate se torna uma das possibilidades de sociabilidade.

Há uma especificidade no meio intelectual, em sua sociabilidade, e Michel Trebitsch (1992) mostra como ela se desenvolve. De sua perspectiva, o espaço público é o grande meio de debate político; nele se faz o intelectual moderno. Para o autor, não há intelectual sem um espaço público de debates. Estes espaços são lugares de sociabilidade, essenciais para a formação do intelectual.

Cabe ressaltar o quanto eram valorizados os debates nas palestras, nos encontros e congressos de economia, entre liberais e desenvolvimentistas. Mesmo quando contrariados, tais intelectuais não hesitavam em participar dos debates, pois viam neles um estímulo para o desenvolvimento de suas teorias. O próprio Eugênio Gudin foi quem aprovou a publicação do *Manifesto da Cepal*, como ficou conhecido o texto de Prebisch. Mesmo discordando das ideias deste, o primeiro acreditou ser importante sua divulgação, demonstrando a importância que dava ao debate de ideias.

Para Sirinelli (2003), os intelectuais são intérpretes da realidade, de seu meio, de seu tempo; eles criam diagnósticos e prognósticos de seu contexto; são atores da esfera política e produzem conhecimento. O debate é fruto desse movimento.

A esta altura, consideramos importante abordar como se configurou o espaço de sociabilidade para o debate em questão. Para isso, precisamos mapear como essas ideias formaram os grupos intelectuais e que ferramentas esses grupos utilizaram para expandi-las.

A historiografia mostrou que até os anos 1930 o liberalismo tinha forte tradição ideológica no Brasil, porém, a partir da crise internacional, o liberalismo precisou ser rediscutido. Na análise do pensamento de Gudin, percebemos o esforço de reinterpretar o pensamento liberal na nova conjuntura de crise no capitalismo. Nesse novo horizonte, surgiu também o pensamento desenvolvimentista.

Tais ideários se alojaram no pensamento intelectual, que era expresso nesses espaços públicos, nesse espaço de sociabilidade. Para a representação desse antagonismo,

foram promovidas instituições nas quais os diferentes pensamentos eram debatidos. Na prática, esses intelectuais promoviam os congressos e as conferências de economia, publicavam revistas e sustentavam os grupos de pesquisa, criando os cenários para a proliferação do pensamento econômico brasileiro, principalmente desde a década de 1940.

Em 1943, ocorreu no Brasil o primeiro congresso de economia na cidade do Rio de Janeiro. Esse evento se desdobrou mais tarde no I Congresso Brasileiro da Indústria, realizado em 1944 em São Paulo, e no I Congresso Nacional das Classes Produtoras, de 1945. Tais eventos tiveram uma singularidade: foram os primeiros a tratar da questão da industrialização como um projeto para o desenvolvimento da nação. Tal projeto se articulava em oposição ao pensamento liberal de Gudin, o que gerou o clássico debate entre Eugênio Gudin e Roberto Simonsen (1978).

A importância desses congressos industriais da década de 1940 explica o comportamento dos industriais como atores sociais, principalmente no tocante à questão do conflito entre liberalismo econômico (defendido por Gudin) e desenvolvimentismo / industrialismo (defendido por Simonsen) (AQUINO, 2010, p. 61).

O fato é que esse debate inaugurou uma fase de intensa proliferação de pesquisas acerca da situação da economia brasileira e latino-americano, nas quais se expressavam as acirradas oposições teóricas, principalmente entre liberais e desenvolvimentistas. Estendendo-se pelos próximos anos, os intensos debates aglutinaram os intelectuais e seus diferentes grupos, os quais, com suas diferentes ferramentas, conceberam concepções distintas acerca da dinâmica da história no Brasil, divulgavam seus projetos de nação.

Segundo Loureiro (1997), o principal núcleo de militância intelectual dos economistas liberais foi a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Criada em 1944 com o apoio direto de Eugênio Gudin juntamente com o economista Octávio Gouvêa de Bulhões, a finalidade da FGV era formar grupos voltados à pesquisa econômica. Em 1950, esses grupos se organizaram no Instituto Brasileiro de Economia (Ibre). Ainda em 1948, uma equipe composta por Gudin e Bulhões fundou a *Revista Brasileira de Economia*, considerada a primeira revista de economia acadêmica do Brasil. Outro periódico importante nesse contexto foi a revista *Conjuntura Econômica*, criada em 1947 sob a direção de economistas desenvolvimentistas, mas que, em 1952, passou a ser editada pela equipe de Gudin.

Uma instituição que também teve participação nos debates foi o Conselho Nacional de Economia (CNE) com suas publicações, como o relatório anual *Exposição geral sobre a situação do Brasil*, e a *Revista do Conselho Nacional de Economia*. Esse conselho teve

atuação à medida que defendia as teses liberais de controle da inflação e de luta contra os abusos do intervencionismo estatal. Segundo Bielschowsky (2000), o CNE manteve essa vertente até a primeira metade da década de 1950 e, depois, tornou-se mais eclético.

Nesse contexto, destacaram-se outros núcleos de relevância do pensamento liberal, como a CNC, organizadora do I Congresso Brasileiro de Economia, a Associação Comercial de São Paulo (ACSP) e a Federação do Comércio de São Paulo (FCSP). A revista *Digesto Econômico*, periódico de responsabilidade da ACSP e da FCSP, embora tenha se mostrado aberta a diferentes ideias, teve como um dos maiores colaboradores Eugênio Gudin.

Assim, fica evidente a luta de Gudin contra o desenvolvimentismo: seus escritos não eram apenas a expressão de sua teoria, mas a recusa da teoria desenvolvimentista que estava se destacando no cenário intelectual, principalmente a partir da criação da Cepal em 1949.

Uma marca desse período, que tanto faz falta na atualidade, era o respeito entre as diferentes ideias. Mesmo não concordando com muitos dos pontos das análises cepalinas de Prebisch, Gudin sempre manteve um ótimo relacionamento com ele, sendo o primeiro a publicar o *Manifesto da Cepal*, texto que inaugurou o pensamento cepalino no país.

Em 1951, Furtado conseguiu publicar o texto de Prebisch na *Revista Brasileira de Economia*, na qual também participava e sob a supervisão de Eugênio Gudin. Posteriormente, narrando uma visita a Gudin, ele contou a impressão que este manifestou acerca do texto de Prebisch:

Fiz-lhe uma visita de cortesia e pude constatar que ele havia lido o texto e feito algumas anotações. Tomou-o nas mãos e observou: “A verdade é que nós, economistas, não lemos uns aos outros. Na mesma época em que Prebisch começou a falar de ‘periferia’, eu me referi a ‘economias reflexas’. Era autêntica a admiração que devotava ao colega argentino, que conhecia como dirigente famoso do Banco Central” [...] (FURTADO, 1997, p. 161).

Furtado trabalhou na revista *Conjuntura Econômica*, da FGV e, antes mesmo de participar da Cepal, publicou, em 1948 e 1949, seus primeiros textos na *Revista Brasileira de Economia*, também editada pela FGV.

A heterogeneidade de ideias contida nessas revistas demonstra que essa geração de intelectuais estava aberta ao diálogo e que os debates buscavam o aprimoramento, e não a negação das ideias.

O debate ocorria até mesmo nos bastidores das revistas, nas propostas de artigos, em sua aprovação, mas a disposição de Gudin ao concordar com a publicação de um texto

que contradizia o seu próprio ideário mostra que ele era aberto à pluralidade de argumentações e à liberdade de pensamento. “Era suficientemente perspicaz para dar-se conta de que não se combatem ideias dificultando sua circulação. A luta se daria no próprio terreno das ideias, podendo para isso mobilizar as baterias pesadas das sumidades internacionais” (FURTADO, 1997, p. 249).

Com a publicação do texto de Prebisch, as ideias cepalinas se cristalizavam e o debate também. No entanto, o campo de batalha não se caracterizaria pela retenção dessa possibilidade, pelo silenciamento dessas ideias, e sim pela oportunidade do próprio debate, da discussão, da troca de palavras.

Em 1949, quando foi publicado pela primeira vez, o texto de Prebisch causou um grande alvoroço no meio acadêmico. O próprio Gudin buscara comentários de professores americanos, como Jacob Viner e Haberler, acerca das teses ali contidas. Assim, segundo Furtado (1997), Gudin foi um dos iniciadores da ofensiva intelectual contra as ideias da Cepal a partir de 1950.

Assim, a partir de 1950, abriu-se por iniciativa deste [Gudin] uma ofensiva no plano acadêmico contra as ideias da CEPAL. Ou, caso se prefira o ângulo oposto, um esforço para restabelecer a verdade em pontos essenciais de doutrina, particularmente no que respeita a teoria do comércio internacional. Dentre os muitos professores ilustres convidados para participar dessa cruzada de purificação ideológica, ninguém era mais eminente do que o professor Viner, da Universidade de Princeton. Coube-lhe fazer uma série de seis conferências, entre junho e agosto de 1950, na Fundação Getúlio Vargas, que enfeixavam um bela e rigorosa exposição do pensamento ortodoxo. Uma das conferências foi dedicada a demonstrar a total falta de fundamento das inquições de Prebisch, esse heresiarca que estava confundindo os espíritos despreparados (FURTADO, 1997, p. 249).

Nas palavras de Furtado, fica evidente que existia realmente um debate e que as conferências eram armas para essa batalha, que contava com intelectuais internacionais, como Jacob Viner, um dos grandes inspiradores de Gudin.

Ainda sobre esse período, a sensação de Furtado era a de que a linha dos intelectuais liberais se fortalecia e que a simples discussão não acalmaria os ânimos. No entanto, o contexto propiciava um novo momento de debate à medida que as ideias se fortaleciam e as rivalidades se salientavam. “[...] carecia de sentido discutir com o Professor Gudin sobre certas matérias. O que devia preocupar era a influência que ele tinha, que traduzia a preeminência do complexo primário-exportador na visão do Brasil” (FURTADO, 1985, p. 139).

O acirramento das rivalidades entre liberais e desenvolvimentistas é explicado também pelo próprio fator político: em 1951 teve início o governo democrático de Getúlio Vargas, assumidamente defensor do nacional-desenvolvimentismo.

Por ocasião de um evento, nesse mesmo ano Ragnar Nurkse visitou a FGV e abordou a temática do subdesenvolvimento, instigando Furtado a rebater suas ideias no texto *Formação de capital e desenvolvimento econômico*, publicado em 1952 na *Revista Brasileira de Economia*. Em 1953, Nurkse, também na mesma revista, em tom amistoso publicou uma tréplica a Furtado. Além disso, na mesma edição foram publicados outros textos, como os de Edward M. Bernstein, Robert E. Baldwin e Eugênio Gudin, nos quais os autores atacavam diretamente a teoria da Cepal. O texto de Gudin, intitulado *O caso das nações subdesenvolvidas*, analisado a seguir, foi o que mais incomodou Furtado. A partir de então, o convívio amistoso em um mesmo periódico já não seria possível, mas esse não era o fim do debate: nesse novo momento, em vez de conflitos teóricos ocorreriam guerras teóricas.

Os desenvolvimentistas também se organizaram em grupos. O Clube de Economistas foi criado em 1954, no Rio de Janeiro, sob a liderança de Celso Furtado. Desse clube, surgiu a *Revista Econômica Brasileira*, cujas edições se mantiveram entre 1955 e 1962. O clube correspondia ao objetivo de se criar uma instituição desenvolvimentista nacionalista como alternativa, tendo em vista os atritos com o grupo da FGV-RJ e a *Revista Brasileira de Economia*, liderada por Gudin.

Outro grupo criado na mesma época que o Clube de Economistas foi o Iseb. Criado em 1955, ainda no governo de Café Filho, este instituto funcionou como um órgão do Ministério da Educação e Cultura e procurava divulgar as ciências sociais, coordenar e promover estudos voltados para o entendimento do contexto brasileiro bem como para a busca de soluções para o desenvolvimento nacional. Um dos representantes desse grupo na economia política desenvolvimentista foi Celso Furtado, ministro no governo JK e participante ativo na elaboração de projetos de modernização. A instituição teve destacada atuação ao longo do citado governo e, como centro elaborador da ideologia do desenvolvimento, promoveu cursos, conferências, seminários e pesquisas.

Os jornais e as próprias obras dos intelectuais eram ferramentas do debate. Gudin (1970) utilizou-se da imprensa em toda a sua trajetória; Furtado, por sua vez, destacou-se pela produção de obras, que se tornaram clássicos da literatura geral brasileira. Dessa forma, estabeleceram um diálogo não só com seus opositores teóricos, mas com a sociedade que aos poucos conquistava o acesso a essas leituras.

Portanto, a existência desse espaço de sociabilidade foi essencial para o desenvolvimento das ideias, e expressão dos conceitos, que carregavam em si não apenas as perspectivas desses homens acerca de seu presente, mas principalmente acerca do passado e futuro do Brasil.

## **O debate entre as distintas concepções da dinâmica da história**

Ao conceber o debate entre Furtado e Gudin, concluímos que suas teorias apontavam para a elaboração de caminhos políticos opostos e essas propostas distintas só foram possíveis graças às diferentes visões do que seria o motor da história.

Nossa pesquisa teve como fundo teórico o pensamento de Koselleck (2006), à medida que o autor nos leva a compreender que os conceitos são elaborados tendo em vista o tempo histórico, e cada presente produz sua concepção de passado e futuro. Ambos os intelectuais viviam um presente de subdesenvolvimento econômico, seus argumentos e temáticas, ao longo do debate, falavam de questões contemporâneas do Brasil; era o presente que suscitou as discussões, porém os argumentos só existiam porque ambos observaram o passado e, dele, obtiveram conclusões norteadoras de suas lógicas, as quais possuíam um objetivo: fazer uma leitura do presente para, então, propor um prognóstico para o futuro. Os projetos políticos eram expressão de seus horizontes de expectativas.

Entender o atraso econômico, que gerava graves problemas sociais no Brasil, era o ponto de partida para se elaborar um projeto de superação dessa condição, que era uma realidade da América Latina.

Para Furtado, só seria possível entender esse problema e resolvê-lo buscando uma ferramenta metodológica fora do campo da economia. Somente a história, o estudo do passado, poderia revelar as razões dos problemas de seu presente. Furtado é parte de uma geração de intelectuais que acreditava que a história poderia ser fonte de entendimento dos problemas de seu presente, mas não somente isso: ele pensava que o estudo do passado poderia dar indícios para a resolução das causas do atraso, um projeto para o desenvolvimento, que para Furtado seria um projeto político. Assim, o teor de seu discurso nos debates será político, pois o debate não é sobre o passado ou sobre o presente, mas principalmente sobre o futuro, um projeto para a aceleração do tempo no Brasil.

Por mais que Furtado pensasse no Estado como promotor do desenvolvimento, o resultado positivo desse empreendimento só se daria quando o brasileiro fosse realmente

desenvolvido. A indústria era um componente importante para esse processo, mas ela não era o fim, e sim o meio para que o homem pudesse consumir mais e participar da riqueza nacional. O objetivo final de Furtado era o indivíduo, cada brasileiro desfrutando do que ele acreditava ser a verdadeira justiça social: condições dignas de vida. Cabe ressaltar que o indivíduo não é o meio para o desenvolvimento, mas o demonstrativo do desenvolvimento. Esse pensamento se cristalizou em uma das frases mais citadas do autor:

O desenvolvimento, na realidade, diz respeito às metas da vida. Desenvolver para criar um mundo melhor, que responda às aspirações do homem e amplie os horizontes de expectativas. Só há desenvolvimento quando o homem se desenvolve (FURTADO, apud GAMBA; SMANIO, 2016, p. 2).

*Formação Econômica do Brasil* é a demonstração de que Furtado (2009) utilizou o método histórico-estrutural. O autor abordou o subdesenvolvimento brasileiro, mostrando como a formação histórica do país resultou em um contexto de baixa diversificação produtiva e, ao mesmo tempo, de abundante oferta de mão de obra, ou seja, gerou um contexto de pobreza e atraso. Os ciclos econômicos históricos se sucederam sem alterar essa realidade, reforçando um contexto de economia de subsistência no qual as estruturas de propriedade e renda eram concentradas. Assim, apenas uma intervenção planejada do Estado poderia fazer dessa economia atrasada uma economia dinâmica e industrializada.

Em resumo, para Furtado a ação racional do homem, somada aos valores materiais que marcam suas condutas, forma o núcleo do que o economista chamou de civilização industrial, na qual as mudanças tecnológicas correspondem à busca pelo aperfeiçoamento de seus meios de produção. No entanto, ele considerava também que com essa civilização coexistem outras realidades, como é o caso dos países latino-americanos ou das economias subdesenvolvidas, cujas culturas e histórias são distintas da civilização industrial.

Por sua vez, Gudin também faz parte dessa geração de intelectuais que olha para o passado com outra concepção de dinâmica da história, distante da figura do Estado, e centrada na importância da ação das ideias na formação do homem e de seus valores. Porém, observou o passado e fez comparações com o presente na busca de encontrar respostas para superação do mesmo atraso que Furtado visualizava. O fato é que Gudin não elaborou um projeto pronto, mas acreditava em um desencadeamento espontâneo, um progresso natural, que aconteceria sob condições fundamentais. São essas condições fundamentais que Gudin persegue e defende como necessárias para a existência do desenvolvimento, do que podemos chamar de superação de um atraso de séculos, ou da aceleração do tempo histórico

no Brasil. Como o indivíduo, é impulsionado por seus interesses, suas escolhas moveriam a história. Porém, esse indivíduo deveria ser estabelecido sob um grau de ideias que valorizassem a liberdade econômica e política, mas que visasse uma sociedade de Estado de direito legítima por cultura e não por intervencionismo, para então o desenvolvimento de fato existir, como um elemento natural da história.

Assim, Gudin também tem um projeto, um projeto político para os indivíduos, em que cada um projeta sua vida, sua escolha e faz a história. Todavia, esse projeto passa pela constituição desse indivíduo, que deveria se desenvolver para, então, ter condições de fazer a história, tirar o brasileiro da estagnação; esse é o prognóstico de Gudin, essa é a visão de futuro dele. “O subdesenvolvimento não é, pois, das coisas. É dos homens” (GUDIN, 1970, p. 85).

O teor do debate, principalmente nos anos de crise, também expressa uma disputa política de projetos para o Brasil. De um lado, Furtado, que representava as forças reformistas no momento; de outro, Gudin, que se apresentava como um dos intelectuais do que ele chamou de Revolução de 1964.

O projeto político proposto por Furtado previa uma intensificação do intervencionismo estatal na implementação das reformas institucionais necessárias para o ordenamento do capitalismo. O fim esperado pelo economista era a consolidação da distribuição de renda para que o subdesenvolvimento pudesse ser combatido de fato. Essa lógica relacionava-se à sua perspectiva da dinâmica da história, segundo a qual o Estado seria o promotor do desenvolvimento e, portanto, remodelador das estruturas que faziam proliferar o atraso econômico social.

Gudin contrapunha-se a esse projeto político, colocando o liberalismo econômico no centro da discussão, buscando proteger o que acreditava ser a base para o desenvolvimento intelectual e, portanto, para o aprimoramento do indivíduo: a liberdade econômica. Liberdade para empreender e consumir e liberdade da propriedade seriam os elementos fundamentais para que os indivíduos empreendessem de forma espontânea o desenvolvimento. O reformismo, que Gudin concebia como socialismo, seria uma ameaça à liberdade econômica, principalmente porque continha um alto grau de planificação. O sucesso das reformas poderia levar o Brasil a um ritmo espoliativo de distribuição de riqueza, ao desrespeito aos princípios da propriedade privada, ao solapamento das bases para o real desenvolvimento. Diante desse cenário, Gudin, que já não acreditava na solidez da democracia brasileira, por questões ligadas à sua concepção da dinâmica da história,

coloca-se como um árduo defensor do projeto político pautado na intervenção militar imediata. Esperava que, com isso, cessaria o levante que Gudin acreditava ser socialista.

Portanto, a crítica de Furtado à ideia de desenvolvimento espontâneo de Gudin também foi uma crítica ao seu conceito de dinâmica da história, segundo o qual o indivíduo seria o ator central das mudanças sociais. Dessa forma, o interventionismo se apresentava como resposta ao liberalismo: um projeto político pautado em reformas seria não só uma alternativa de governo, mas também um caminho para que a história se desvencilhasse dos tentáculos do subdesenvolvimento, que a prendiam. O Estado seria o grande motor da história.

Gudin, por sua vez, longe de propor um projeto político com o fim de resolver diretamente o problema do subdesenvolvimento, apoiou um projeto político de defesa das condições básicas para que as forças espontâneas da sociedade se desenvolvessem. O governo militar não seria o fim, mas o meio para que o atraso pudesse ser superado ao longo do tempo. Assim, para Gudin o Estado não seria o ator central, mas um coadjuvante na oferta da autonomia necessária para que o indivíduo empreendesse o desenvolvimento em um contexto de fortalecimento da esquerda.

## Considerações finais

Em suma, voltemos à questão que buscamos chamar atenção nesse texto: a possibilidade de articular diferentes dimensões da história em busca de compreender mais claramente os objetos de nossas pesquisas, como propôs Barros (2013).

Frente ao problema central da pesquisa, seria reducionista atentarmos apenas para uma dimensão do campo da história, a história dos conceitos ou história dos intelectuais, ou mesmo a história das ideias. Nesse caso, entender a problemática das ideias nos leva a entender que os conceitos carregam uma historicidade, que só poderia ser compreendida nos ambientes singulares dos espaços de sociabilidade desses intelectuais e que esses ideários tão importantes para a compreensão dos rumos da história política do Brasil são frutos de distintas perspectivas da dinâmica da história, mas ambas carregavam em si os valores de uma história moderna, processual, progressiva e linear em que o espaço de experiência ainda contribui para a compreensão do horizonte de expectativa.

Assim, três elementos teóricos se unem para sanar as necessidades de esclarecimento que o nosso objeto requer. A história das ideias, a história dos intelectuais e

a história conceitual. Trata-se de uma possibilidade frutífera, como aponta Dosse (2007, p. 15):

Varios caminos son posibles entre la historia de los conceptos, por un lado, y una socio historia de los compromisos de los intelectuales en la ciudad, por el otro. A condición de postular una forma de indistinción epistemológica y de renunciar a una postura de dominio, todos estos caminos aportan su específico enfoque. Corresponde a la historia intelectual así como a la historia de los intelectuales interrogar a la vida de las ideas a través de un ir y venir constante entre el pasado y las preguntas que le planteamos al pasado a partir de nuestro presente.

Pensar as ideias dentro do debate entre Gudin e Furtado só se torna possível se entendermos os conceitos que estão por trás de sua grande questão: o desenvolvimento, entendendo como este se encaixa em uma concepção acerca da dinâmica da história, defendida por esses homens, pois sua intelectualidade lhes dava a missão de teorizar, na busca de soluções de problemas sociais de seu tempo.

Esse caso nos levou a compreender ainda mais a necessidade de rompermos as fronteiras do campo da história, a fim de investigar com maior clareza os fenômenos históricos que exigem uma visão mais dinâmica e global, captando as melhores ferramentas teóricas e metodológicas e tendo como centro o objeto de pesquisa e as exigências de uma sociedade cada vez mais líquida. Assim, a pesquisa histórica se formata ao passo das nossas próprias transformações, em que romper com fronteiras, ou mesmo redimensioná-las, ampliará nosso horizonte.

## Referências

- AQUINO, Arthur de. I Congresso brasileiro de economia 1943: atores intelectuais e ideologias na constituição de uma consciência de classe entre os industriais e a consolidação do projeto industrialista. *Plural*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 59-88, jun. 2010.
- BARROS, José D'Assunção. *Teoria da história*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe L.; REGO, José Marcio. *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento da Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- DOSSE, François. *La marcha de las ideas*: historia de los intelectuales, historia intelectual. València: Universitat de València, 2007.

*FURTADO, Celso. A fantasia organizada.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

*FURTADO, Celso. Obra autobiográfica.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. v. 1.

*FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil:* edição comemorativa, 50 anos. Apresentação Rosa Freire d'Aguiar Furtado. Introdução Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GUDIN, Eugênio. *Para um Brasil melhor.* Rio de Janeiro: APEC, 1970.

GAMBA, Juliana C.; SMANIO, Gianpaola P. Desenvolvimento econômico e o desafio da integração social na América Latina: o Mercosul e a Unasul. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, São Paulo, v. 96, jul-ago, p. 1-16, 2016.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado:* contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

LOUREIRO, Maria Rita. *Os economistas no governo.* Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LOVE, Joseph L. *A construção do terceiro mundo:* teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira.* Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2001.

SIMONSEN, Roberto C.; GUDIN, Eugênio. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira.* Rio de Janeiro: IPEA, 1978.

SIRINELLI, J. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política.* Rio de Janeiro: FGV, 2003.

TODARO, Michael. A model of labor migration and urban unemployment in less developed countries. *The American Economic Review*, v. 59, n. 1, 1969.

TREBITSCH, Michel. Avant-propos: la chapelle, le clan et le microcosme. *Les Cahiers de l'IHTP*, Paris, n. 20, p. 11-21, març. 1992.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo.* São Paulo: Livraria Pioneira, 1967.

Submetido em: 30/08/2019

Aprovado em: 02/10/2019

Publicado: 15/12/2019

## Notas

<sup>1</sup> Doutorado pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp) (2017). Atualmente é professora adjunta da Universidade Estadual de Maringá. E-mail neilaine007@yahoo.com.br.